

**UniRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

***DISCLOSURE DO PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DAS  
EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO SUBSETOR DE MADEIRA E  
PAPEL***

**NATANA JAMES GUIMARÃES**

**Orientador: Prof. Esp. RAFAEL CRISÓSTOMO ALVES**

Trabalho de Conclusão de Curso II  
apresentado à Faculdade de Ciências  
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio  
Verde, como parte das exigências para  
obtenção do título de Graduação em Ciências  
Contábeis.

**RIO VERDE – GOIÁS**

**2015**

**UniRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

***DISCLOSURE DO PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DAS  
EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO SUBSETOR DE MADEIRA E  
PAPEL***

**NATANA JAMES GUIMARÃES**

**Orientador: Prof. Esp. RAFAEL CRISÓSTOMO ALVES**

Trabalho de Conclusão de Curso II  
apresentado à Faculdade de Ciências  
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio  
Verde, como parte das exigências para  
obtenção do título de Graduação em Ciências  
Contábeis.

**RIO VERDE – GOIÁS**

**2015**

G979d Guimarães, Natana James.

*Disclosure* do passivo ambiental: uma análise descritiva das empresas listadas na BM&FBOVESPA no subsetor de madeira e papel / Natana James Guimarães. – Rio Verde.- 2015.

58f.: il

Trabalho de Conclusão de Curso II (Bacharel em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, 2015.

Orientador: Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves

1. Evidenciação. 2. Passivo ambiental. 3. Meio ambiente. 4. Sustentabilidade ambiental.

I. Título.

CDU: 658.562



**UniRV**  
Universidade de Rio Verde

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**TERMO DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA OU ARTIGO**  
**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**Disclosure do passivo ambiental: Uma análise descritiva das empresas listadas na  
BM&FBovespa no subsetor de madeira e papel**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Natana James Guimarães como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado em 01 de dezembro de 2015 pela banca examinadora constituída por:

**Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves**

**Prof. Allan de Freitas Proto**

**Prof.ª Ma. Eliene Aparecida de Moraes**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a Deus que pela sua graça me concedeu a oportunidade de chegar até aqui.

Aos meus pais, Luzimeire de Souza James e Alex Silvanio Guimarães de Souza, por sempre me apoiar e, sem medir esforços, contribuíram para a realização desta conquista.

Ao meu amado esposo, José do Carmo e Silva Netto, que sempre esteve ao meu lado, com muito amor e carinho, compreendendo os momentos de ausência e me incentivando a superar todos os desafios.

A toda minha família que direta e indiretamente colaboraram para a conclusão deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, a quem merece toda honra e glória, pela dádiva da vida e por ter me sustentado em toda minha trajetória, sempre me proporcionando vitórias.

Aos meus pais, Luzimeire de Souza James e Alex Silvanio Guimarães de Souza, pessoas importantes na minha vida, as quais acreditaram na realização deste sonho.

Ao meu querido esposo, José do Carmo e Silva Netto, pelo amor, companheirismo, paciência e incentivo.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial o professor Rafael Crisóstomo Alves, pela orientação, paciência e empenho ao me conduzir à conclusão deste trabalho.

## RESUMO

GUIMARÃES, Natana James. ***Disclosure do passivo ambiental: Uma análise descritiva das empresas listadas na BM&FBOVESPA no subsetor de madeira e papel.*** 2015. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2015\*.

O crescimento das degradações ambientais tem despertado na sociedade a conscientização do uso adequado dos recursos naturais. As empresas, como principais responsáveis dos prejuízos ocasionados à biodiversidade, têm sido exigidas por seus interessados e incentivadas pelo ISE, a evidenciar informações contábeis sobre os passivos ambientais, a fim de zelar pelo desenvolvimento sustentável. O estudo teve como objetivo identificar o nível de evidenciação dos passivos ambientais das entidades do subsetor de madeira e papel, inseridas no ISE em relação às entidades do mesmo setor não pertencentes ao ISE. A pesquisa justificou-se pela relevância do tema na atualidade, contribuindo com a sociedade ao demonstrar o comprometimento das empresas, potencialmente poluidoras, com o meio ambiente. O presente trabalho tratou-se de uma pesquisa descritiva, que se utilizou do método dedutivo, bibliográfica, documental e levantamento de dados. Conforme análise dos dados constatou-se que a média de evidenciação dos passivos ambientais, das empresas participantes do ISE, fora de 90%, enquanto que as companhias não inseridas na carteira do Índice apresentaram média de 60%. Os quesitos mais divulgados estão relacionados aos Investimentos no Meio Ambiente, Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente, Projetos Ambientais e Programas de Proteção, enquanto que o quesito concernente aos Financiamentos e Empréstimos não foi apresentado por nenhuma empresa. As companhias utilizaram, como principais meios de divulgação das informações ambientais, os relatórios complementares, não as Demonstrações Financeiras Padronizadas propriamente ditas.

## PALAVRAS-CHAVE

Evidenciação, passivo ambiental, meio ambiente, sustentabilidade ambiental.

---

\* Banca examinadora: Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves - UniRV - Universidade de Rio Verde (Orientador); Prof. Allan Proto de Freitas - UniRV - Universidade de Rio Verde; Profª. Ma. Eliene Aparecida de Moraes - UniRV - Universidade de Rio Verde .

## ABSTRACT

GUIMARÃES, Natana James. **Disclosure of environmental liabilities: A descriptive analysis of companies listed on the BM&FBOVESPA in the subsector of wood and paper.** 2015. 58p. Work Course Conclusion II (Graduate in Accounting) - UniRV - University of Rio Verde, Rio Verde, 2015\*.

The growth of environmental degradation has aroused in society the awareness of the proper use of natural resources. Companies as the main responsible of the damage caused to biodiversity, have been required by their stakeholders and encouraged by the ISE, to show financial information on environmental liabilities, in order to ensure the sustainable development. The study aimed to identify the level of disclosure of environmental liabilities of the sub-sector entities wood and paper, set the ISE for entities not belonging to the same ISE sector. The research was justified by the importance of the topic today, contributing to society by demonstrating the commitment of businesses, potentially polluting, with the environment. This study treated is a descriptive study, which used the deductive method, bibliographical, documentary and survey data. As the data analysis it was found that the average disclosure of environmental liabilities, the companies participating in the ISE, off 90%, while companies not incorporated in the Index portfolio had an average of 60%. The most publicized questions were related to investments in the Environment; Maintenance and improvements Environment; Environmental protection programs and projects, while Question concerning the Financing and Loans not been introduced by any company. Companies used as the main means of dissemination of environmental information, supplementary reports and not the standard financial statements themselves.

## KEYWORDS

Disclosure, environmental liabilities, environment, environmental sustainability.

---

\* Examination board: Teacher Rafael Crisóstomo Alves - UniRV - University of Rio Verde (Supervisor).Teacher Allan Proto de Freitas - UniRV - University of Rio Verde; Teacher Ma. Eliene Aparecida de Moraes - UniRV - University of Rio Verde

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Características qualitativas fundamentais e de melhoria .....	23
TABELA 2	Modelo de evidenciação ambiental.....	25
TABELA 3	Empresas do segmento de madeira e papel.....	34
TABELA 4	Amostra da pesquisa .....	35
TABELA 5	Expressões que foram analisadas e seu contexto.....	36
TABELA 6	Classificação da Evidenciação dos Passivos Ambientais .....	39
TABELA 7	Evidenciação dos passivos ambientais por relatório.....	41
TABELA 8	Classificação do nível de evidenciação dos passivos ambientais por Quartis ..	42
TABELA 9	Classificação do nível de evidenciação dos passivos ambientais das empresas.....	42

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BM&FBOVESPA – Bolsa de valores, mercadorias e futuros

CMV - Comissão de Valores Mobiliários

EIAs - Estudo de Impactos Ambiental

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

ISR - Investimento Sustentável e Responsável

ONU - Organização das Nações Unidas

RIMAs - Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Contabilidade ambiental.....	14
2.1.1 Evolução histórica.....	14
2.1.2 Aspectos conceituais.....	15
2.2 Itens ambientais.....	16
2.2.1 Ativo ambiental.....	17
2.2.2 Receita ambiental.....	17
2.2.3 Despesas e custos ambientais.....	18
2.3 Passivo ambiental.....	19
2.3.1 Definição.....	19
2.3.2 Reconhecimento.....	20
2.3.3 Implicações legais.....	21
2.4 Evidenciação contábil.....	22
2.4.1 Aspectos gerais.....	22
2.4.2 Evidenciação contábil ambiental.....	23
2.4.3 Evidenciação dos passivos ambientais.....	25
2.4.4 Formas de evidenciação.....	27
2.5 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).....	28
2.5.1 Origem.....	28
2.5.2 Características e objetivos estratégicos.....	30
2.5.3 Sistemática do questionário ISE.....	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.1 Classificação da pesquisa.....	33
3.2 Amostra, período e coleta de dados.....	34
3.3 Instrumento de coleta de dados.....	35
4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	38
4.1 Análise dos resultados.....	38

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS .....	45
APÊNDICES .....	54

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 80 as pesquisas concernentes à evidenciação ambiental, constatam que as informações divulgadas pelas companhias, em seus demonstrativos contábeis, não têm sido suficientes, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, para satisfazer aos interesses dos *stakeholders*<sup>1</sup> (LINDSTAEDT; OTT, 2007).

Freitas e Strassburg (2007) afirmam que todos os gastos e circunstâncias, positivas e negativas, inerentes ao meio ambiente, assim como, o planejamento para solucionar determinada eventualidade, devem ser apresentados pelas empresas, pois, além de transmitir credibilidade aos usuários, contribui para a conquista de novos clientes.

Dessa forma, as empresas se tornam mais confiáveis e competitivas, à medida que, compreendem a necessidade de apresentar informações que o mercado tem exigido, como a divulgação dos itens ambientais, principalmente, os passivos ambientais (MELO; TINOCO; FERNANDES, 2010).

Passivos ambientais são resultados econômicos, que serão renunciados a fim de conservar, restaurar e proteger o meio ambiente, para a harmonização entre este e a evolução econômica, ou em virtude de uma ação indevida relacionada à natureza (RIBEIRO; MARTINS, 1993).

Informações referentes aos passivos ambientais, também são de interesse da BM&FBOVESPA e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), pois têm como propósito, valorizar, ainda mais, as negociações das empresas pertencentes ao Índice (BERNER, 2009).

O ISE foi sistematizado pela BM&FBOVESPA com o intuito de incentivar as empresas a exercerem práticas adequadas relativas aos aspectos econômicos, sociais e ecológicos, simultaneamente, bem como à transparência nas informações, em que a evidenciação dos passivos ambientais está inserida (ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL, 2015).

---

<sup>1</sup> Stakeholder é qualquer indivíduo ou empresa que tenha algum interesse no projeto ou que são afetadas por ele (BORBA, 2010).

Assim, o ISE proporciona diferencial para as empresas sob a dimensão de sustentabilidade, assegurando um mercado de investimentos correspondente às necessidades da sociedade, além de possibilitar a análise de suas atividades (MACEDO *et al.*, 2012).

Dessa forma, surgiu o questionamento: “Qual o nível de evidenciação dos passivos ambientais, das entidades do subsetor de madeira e papel, inseridas no ISE, em relação às entidades do mesmo setor não pertencentes ao ISE?”.

Com base na definição da problemática de pesquisa, apontou-se o seguinte objetivo geral: identificar o nível de evidenciação dos passivos ambientais, das entidades listadas na BM&FBOVESPA, no subsetor de madeira e papel, pertencentes ao ISE, em relação às companhias não pertencentes ao índice, no ano de 2014.

Para atendimento ao objetivo geral supracitado, teve-se os seguintes objetivos específicos:

- Discorrer sobre a fundamentação teórica da Contabilidade Ambiental;
- Apresentar conceitos e normas contábeis relacionadas aos itens patrimoniais ambientais;
- Tratar sobre a importância da evidenciação contábil ambiental;
- Evidenciar as características e finalidade do ISE;
- Identificar o nível de evidenciação dos passivos ambientais das entidades do subsetor de madeira e papel, inseridas no ISE em relação às entidades do mesmo setor não pertencentes ao ISE.

Diante dos objetivos supramencionados, o estudo se justifica, pois a responsabilidade com o meio ambiente tem se tornado um desafio, não somente para pesquisadores e especialistas ambientais, mas para a sociedade, para a administração pública e, principalmente, para as entidades privadas, devido o crescimento das agressões ambientais (TEIXEIRA; NOSSA; DONATTI, 2003).

Ressalta-se, nesse ponto, que atualmente as agressões ambientais têm sido provocadas, principalmente, pela atividade madeireira, por ter como substancial fonte de recursos produtivos, a madeira situada nas florestas, ocasionando diversos danos à natureza como: desflorestamento, queimadas, poluição da água, do ar, contaminação do solo, instalação indevida de resíduos, entre outras, que contribuem para a formação dos passivos ambientais (MEDEIROS; BARBALHO; JERÔNIMO, 2013).

Sendo assim, toda atividade que provoca danos ao meio ambiente, deve ser supervisionada, seja pelo poder público ou até mesmo pela sociedade, surgindo então, à

necessidade da intervenção da Contabilidade, que desempenha sua função como ciência social após analisar e evidenciar os resultados ambientais da produção das empresas (ROVER; ALVES; BORBA, 2006).

Nesta ótica, nota-se que as empresas participantes do ISE, são incentivadas a aderirem critérios para a evidenciação dos incidentes relacionados aos passivos ambientais, visando estabelecer soluções econômicas e sociais à degeneração provocada ao meio ambiente (BERNER, 2009).

Portanto, a importância desta pesquisa se deu pela relevância do tema na atualidade, além de contribuir com a ciência, no sentido de demonstrar o comprometimento das empresas, potencialmente poluidoras, ao evidenciar a sua relação com o meio ambiente; com a academia, na perspectiva de estimular os estudantes a desenvolverem outras pesquisas pertinentes ao assunto e com os tomadores de decisão, na ótica de incentivá-los a investir no desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a diferença do presente estudo em relação aos demais realizados, concernente ao tema, destaca-se por se tratar, concomitantemente, de assuntos referentes às empresas categorizadas como indústrias de madeira e papel, que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, bem como dos benefícios da evidenciação dos passivos ambientais à sociedade como um todo, e do incentivo, proporcionado pelo ISE, às empresas, para tal evidenciação.

O estudo, em questão, se apresenta segmentado em 5 capítulos, a saber: o capítulo introdutório, no qual fora abordado a problemática de pesquisa, justificativas e os objetivos do trabalho; o segundo capítulo, que expõe o referencial teórico, discorrendo sobre a evolução histórica e conceitos da Contabilidade e itens ambientais, definição e normas contábeis relativas ao passivo ambiental, a importância da evidenciação contábil ambiental e as características e finalidade do ISE.

A seguir, no terceiro capítulo, exibem-se informações acerca dos procedimentos metodológicos quanto aos objetivos, à abordagem do problema, aos procedimentos, ao método de abordagem e à técnica de coleta de dados, bem como sobre a população, amostra e período da pesquisa.

Logo, no quarto capítulo apresentam-se as análises dos dados e os resultados da pesquisa e, por último, no quinto capítulo, abordam-se as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção serão apresentadas informações acerca da evolução histórica e conceitos da Contabilidade Ambiental, definição e normas contábeis relativas ao passivo ambiental, a importância da evidenciação contábil ambiental e as características e finalidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

### **2.1 Contabilidade ambiental**

#### **2.1.1 Evolução histórica**

No decorrer do desenvolvimento populacional, a começar do século XV, a sociedade passou por um extenso percurso de modificação, sendo visíveis, até hoje, os resultados da evolução da fase feudal à formação do capitalismo, que proporcionou o crescimento industrial, ocasionando expressivas influências econômicas, culturais e conseqüentemente, ambientais (SILVA, 2007).

A partir da década de 70, repercutiu por toda sociedade uma maior inquietação pelo meio ambiente, em virtude da emergência, com maior ênfase na realização da Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, onde foi tratado sobre a degradação e conscientização ambiental, a fim de incentivar o uso adequado dos recursos naturais (SANTOS *et al.*, 2006).

Em 1975 realizou-se o Seminário Internacional de Educação, em Belgrado, onde se abordou a necessidade da execução de planejamento de ensino ambiental nos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), resultando na Carta de Belgrado, que aponta a fundamentação básica para a educação ambiental, a fim de introduzir uma nova ética global, em que se tenha o desenvolvimento econômico e o equilíbrio ambiental simultaneamente, por meio da tomada de consciência, conhecimentos, atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e participação nas questões ambientais (TOZONI-REIS, 2002).

Posteriormente, na ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, 160 países se comprometeram com

a Convenção sobre a Diversidade Biológica, que estabelece três princípios fundamentais: a preservação da biodiversidade, o uso adequado da diversidade biológica e a distribuição igualitária dos privilégios resultantes do uso dos recursos ambientais, sendo considerada uma das principais ferramentas internacionais concernente ao meio ambiente, de acordo com o sítio do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2015).

A partir dessa conferência foi constituído um documento chamado ‘Agenda 21’, sendo este um dos principais modelos para o estabelecimento de projetos governamentais e empresariais, o qual trata da importância dos países implantarem um sistema de contabilidade que integralize assuntos econômicos, sociais e ambientais (GARCIA; OLIVEIRA, 2009).

A última Conferência das Nações Unidas (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro em Junho de 2012, colaborou para a determinação da agenda do projeto para os próximos anos e teve como finalidade reafirmar o acordo político com o progresso sustentável mediante análise do desenvolvimento e abordagem de novos temas, sendo tratadas duas matérias principais: a economia verde, abrangendo a eliminação da pobreza, e a organização institucional para o tema proposto (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012).

### **2.1.2 Aspectos conceituais**

Em um cenário mundial a ênfase ao meio ambiente tem crescido devido à exploração inadequada da diversidade biológica, ocasionando problemas como escassez de água, alteração climática e poluição, sendo que a expansão econômica, destituída de sustentabilidade, tem sido considerada uma das principais causas dos diversos prejuízos ecológicos (CALIXTO, 2007).

Para a mesma autora, as organizações têm buscado alternativas para sustentação ambiental, gradativamente, principalmente as empresas que executam atividades potencialmente poluidoras, visto que as mesmas têm divulgado, voluntariamente, seus investimentos em função do meio ambiente, como instrução ao quadro de pessoal, conservação e proteção de jardins públicos, reservas ambientais, entre outros.

A partir desse contexto, cabe à Ciência Contábil examinar e registrar as modificações ocorridas no patrimônio de uma organização, com o objetivo de certificar o seu controle e proporcionar subsídios aos usuários da informação contábil para tomada de decisão (FIQUEIREDO; MOURA, 2001).

Dessa forma, também é responsabilidade da Contabilidade proporcionar subsídios aos seus usuários, por meio de informações, em seus relatórios contábeis, acerca das questões ambientais que promovem alteração no patrimônio da empresa (SOUZA; RIBEIRO, 2004).

Diante dessa responsabilidade surge a Contabilidade Ambiental que tem como finalidade analisar e fornecer, aos seus usuários, informações sobre a relação dos atos da empresa e do seu patrimônio, com o meio ambiente (PEREIRA, 2007).

No entanto, a Contabilidade Ambiental foi reconhecida como ramo da Ciência Contábil apenas em 1998, com o término do “Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais”, realizado pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International of Accounting and Reporting*) (KRAEMER, 2005).

Sendo assim, pode-se afirmar que a Contabilidade Ambiental proporciona às empresas informações relevantes que possibilitam a utilização adequada dos recursos naturais e permite, aos gestores, estabelecerem estratégias relacionadas ao meio ambiente, com o objetivo de equilibrar os desembolsos ambientais e minimizar a degradação à natureza, em contrapartida, os *stakeholders* se fundamentam nessas informações para a tomada de decisão eficiente (SILVA; MELO; BARBOSA, 2013).

Segundo os mesmos autores, a Contabilidade Ambiental pode exibir seus itens nos demonstrativos, agrupando-os de acordo com as suas características, em contas patrimoniais como ativo e passivo ambiental, bem como em contas de resultado que representam as receitas, despesas e custos ambientais. Tais itens serão abordados a seguir, para melhor entendimento.

## **2.2 Itens ambientais**

Nesta seção faz-se uma breve abordagem sobre a definição e características dos ativos, receitas, despesas e custos ambientais. Em coerência com o tema proposto, e com o propósito de atingir o objetivo do estudo, faz-se necessário apresentar em tópico separado o assunto passivo ambiental.

### **2.2.1 Ativo ambiental**

Antes de apresentar a definição de ativo ambiental, é importante conceituar ativo, que segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011) é um recurso econômico controlado pela empresa, proveniente de negociações passadas ou outros fatos passados, que seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros, sendo que tais benefícios podem resultar para empresa de diversas formas, por meio de um ativo, que poderá ser utilizado separadamente ou associado a outros ativos na fabricação de bens, ou na prestação de serviços que serão comercializados, ser usado para saldar um passivo, ser trocado por outros ativos, ou ainda ser dividido aos sócios da empresa.

Dessa forma, partindo para definição de ativo ambiental, Ribeiro (1998) expõe que esses ativos são recursos econômicos controlados pela empresa, proveniente de negociações passadas ou outros fatos passados, que tenham como objetivo o equilíbrio, a conservação e a restauração do meio ambiente, além de gerar benefícios econômicos futuros, como por exemplo, cita Oliveira (2011), a produtividade e estabilidade de outros ativos controlados pela empresa.

Ativos ambientais correspondem ainda, de acordo com Kraemer (2007), aos estoques de materiais, instrumentos, produtos, entre outros, que são utilizados para reduzir grau de contaminação, além das máquinas e equipamentos obtidos com o intuito de evitar danos ambientais e aos investimentos em estudos, com o propósito de aprimorar técnicas relacionadas ao meio ambiente, que produzam benefícios econômicos futuros.

Desse modo, Souza e Ribeiro (2004) complementam que os ativos ambientais podem ser evidenciados de forma segregada dos demais, a fim de apresentar aos usuários externos, as ações adotadas pela empresa em relação ao meio ambiente, em coerência com a legislação.

### **2.2.2 Receita ambiental**

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011) define receitas como os acréscimos nos benefícios econômicos no decorrer de um exercício social, por meio do ingresso de recursos ou acréscimos de ativos ou redução de passivos, que ocasionam acréscimos no patrimônio líquido, e que não sejam resultantes dos subsídios dos sócios da empresa.

Para a contabilização das receitas é necessário, primeiramente, diferir as receitas ambientais das receitas operacionais, averiguando qual a atividade econômica predominante

na empresa, a fim de facilitar o reconhecimento das receitas ambientais, visto que as mesmas não são oriundas das transações principais da empresa (COSTA; MARION, 2007).

Segundo os mesmos autores, as receitas ambientais em uma empresa, cuja atividade principal seja a produção de papel e celulose, podem decorrer, por meio do aproveitamento dos resíduos da matéria prima, dos serviços prestados que envolvam o meio ambiente, como a recomposição florestal e a restauração de regiões ambientais infectadas.

### **2.2.3 Despesas e custos ambientais**

Conforme a definição do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011), as despesas resultam de reduções nos benefícios econômicos, ao longo de um exercício social, mediante o decréscimo de ativos ou ascensão de passivos, que provoca a redução do patrimônio líquido, e que não seja decorrente da partilha aos sócios da empresa.

A partir da definição supramencionada é possível compreender a diferença entre despesas e custos ambientais que, conforme Santos *et al.* (2001), ambos são gastos ocorridos em meio a gestão ambiental da empresa, no decorrer da sua produtividade e de suas ações em favor do meio ambiente, sendo que, quando relacionados indiretamente com a produtividade, estes gastos são considerados como despesas, e caso estejam relacionados diretamente, são denominados de custos.

Dessa forma, os custos são desembolsos concernentes à atividade de produção da empresa, enquanto que as despesas são os desembolso pertinentes às atividades administrativas em geral (RIBEIRO, 1998).

De acordo com a mesma autora, os custos ambientais estão envolvidos direta ou indiretamente com a preservação ambiental compreendendo a obtenção de materiais próprios para o equilíbrio e extinção de poluentes, bem como a prestação de serviço para conservação e regeneração do meio ambiente, sendo que as despesas ambientais estão relacionadas aos gastos ocorridos na gestão ambiental, onde envolve a área administrativa por meio dos gastos com o pessoal que desenvolvem projetos ambientais, que executam o recrutamento de funcionários para proteção ambiental, auditoria ambiental entre outros. A seguir será tratado, com maior ênfase sobre o passivo ambiental.

## 2.3 Passivo ambiental

Esta seção aborda a definição, o reconhecimento e as implicações legais relativas ao passivo ambiental.

### 2.3.1 Definição

No Brasil, as práticas ofensivas ao meio ambiente e à sua resistência têm acarretado, com decorrer dos anos, diversas consequências à sociedade como um todo e dado origem aos passivos ambientais (BERTOLI; RIBEIRO, 2006).

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011), passivo é uma obrigação atual da empresa, proveniente de fatos passados, que será saldado por meio de um recurso controlado pela empresa gerando benefícios econômicos.

Sendo assim, o passivo ambiental pode ser constituído, em virtude, dos prejuízos ambientais, ocasionando uma obrigação para a empresa, (ZAGO; BORBA, 2004). Podendo ser categorizado como normais, quando são decorrentes do processo produtivo e que podem ser controlados, como, por exemplo, utilizar filtros em chaminés de uma indústria para amenizar a emissão de gases poluentes e anormais, os quais são oriundos de acidentes e da própria natureza, cujo controle não depende da empresa, como terremotos, raios, maremotos, etc. (CARDOSO *et al.*, 2006).

Conforme Kraemer (2003), os passivos ambientais surgem dos danos causados à ecologia, por uso indevido das zonas ambientais, como bacias de águas e até mesmo região atmosférica, ou ainda por sobras de matéria prima de árdua extinção.

Para Ribeiro (1998), os passivos ambientais decorrem da renúncia de um benefício econômico futuro determinado por leis ambientais, como tarifas, impostos e punições por desrespeito às diretrizes, ou, em virtude de indenização a terceiros, originam-se ainda por desembolsos com o objetivo de restabelecer danos ao meio ambiente, seja por disposição voluntária ou por imposição de terceiros e normas, isto é, engloba todas as responsabilidades que exige o sacrifício de benefícios futuros, para o cumprimento de uma obrigação ambiental.

Kraemer (2003) afirma que os passivos ambientais constituem três obrigações distintas, são elas: as legais, as construtivas e as justas, sendo que as legais correspondem a uma obrigação atual, em virtude de um fato passado, pelo o uso inadequado do meio ambiente ou por causa da produção de sobras que danificam a natureza, constituindo-se em uma responsabilidade legal, proveniente de uma regulamentação, já as construtivas são aquelas

constituídas, voluntariamente, pelas empresas ultrapassando as imposições legais, ocorrem, geralmente, quando a empresa tem compromisso com o meio ambiente ou quando deseja elevar sua imagem diante da sociedade e as justas correspondem àquelas obrigações resultantes da responsabilidade e integridade da empresa diante de um dano ambiental.

Os passivos ambientais, geralmente, são relacionados apenas às situações negativas, porém, os mesmos podem surgir por intermédio de ações favoráveis ao meio ambiente, como por exemplo, a conservação ou proteção à biodiversidade, entre outras (ZAHAIKEVITCH *et al.*, 2011).

### **2.3.2 Reconhecimento**

Conforme o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011), reconhecimento é o ato de inserir um elemento nos demonstrativos contábeis, incluindo suas características e seu devido valor, sendo necessário que tais elementos atendam a alguns requisitos para que, então, sejam inseridos na demonstração do resultado ou no balanço patrimonial, a saber, os requisitos são: deve ser presumível a relação do elemento com itens que resultem benefícios econômicos futuros para empresa ou resultem da empresa, cujo valor seja possível de ser mensurado confiavelmente. Porém, quando não for possível mensurar os passivos e os passivos ambientais, de forma consistente, fazem-se estimativas de seus valores e constituem-se as provisões (KRAEMER, 2001).

Para Souza e Ribeiro (2004), a dificuldade de se mensurar adequadamente os passivos ambientais, geralmente, provém da modificação dos custos já estimados quando, por exemplo, é necessário anos para execução de atividades de restauração ambiental, contudo, tais passivos devem ser reconhecidos, considerando que a ausência desse registro não demonstrará a efetiva relação da empresa com o meio ambiente.

Dessa forma, o reconhecimento de um passivo ambiental deve ocorrer, quando da existência de um compromisso ambiental da empresa, em virtude de um custo ainda não liquidado, desde que se enquadre aos parâmetros de reconhecimento (KRAEMER, 2003).

Portanto, no momento do reconhecimento de um passivo ambiental, se faz necessário a contabilização de despesas e ativos correspondentes em conformidade com o regime de competência (RIBEIRO, 1998).

### 2.3.3 Implicações legais

A necessidade de ampliar os conteúdos concernentes às questões ambientais tem incentivado os órgãos nacionais e internacionais a formularem instruções e legislações, acerca de certas condutas que devem ser aderidas pelas empresas em relação à Contabilidade Ambiental, isso explica a iniciativa de alguns países que estão determinando leis relacionadas à divulgação de informações sobre o meio ambiente (NOSSA, 2002).

No Brasil, a Constituição Federal de 1998, no capítulo VI, do Título VIII, aborda sobre o dever da sociedade em proteger o meio ambiente e menciona a obrigação das pessoas físicas e jurídicas, à corrigirem os prejuízos causados ao meio ambiente, caso contrário, estarão sujeitas a multas e outras punições, e ainda, em seu artigo 170, faz referência a prudência que as empresas devem ter com à ecologia no decorrer de suas atividades.

Assim, dentre outros dispositivos legais, que abordam a temática ambiental têm-se: a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que determina sobre a defesa à fauna vedando o exercício da caça profissional e o comércio de espécimes da fauna silvestre, bem como de materiais e utensílios que provocam sua apanha ou extinção.

Menciona-se ainda a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, a qual aponta a conservação, o aperfeiçoamento e a restauração da natureza, como seus principais propósitos, a fim de possibilitar o progresso social e econômico, por meio da atuação da administração pública, na preservação da biodiversidade, do equilíbrio das atividades potencialmente poluidoras, que, inclusive, caracteriza as empresas do subsetor de madeira e papel com potencial de poluição médio e alto, respectivamente, do incentivo a investigação de métodos mais eficientes para o uso da natureza, entre outros, e ainda em seu artigo 3º, conceitua poluição como danos ao meio ambiente, decorrentes de práticas que interferem negativamente a boa disposição física e mental da sociedade, as quais ocasionam circunstâncias prejudiciais às atividades socioeconômicas, e expõem materiais em discordância com as normas ambientais determinadas promovendo de alguma forma desvantagem à ecologia.

Dessa forma, a empresa que desenvolver quaisquer umas das práticas lesivas à natureza, mencionadas acima, estará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, as quais são: prestação de serviço à população, bloqueio provisório de seus direitos, interrupção parcial ou total de suas atividades, prestação pecuniária e prisão domiciliar (GALDINO *et al.*, 2004).

Sendo assim, além das restrições financeiras que a empresa estará sujeita, pode ainda perder o vínculo de funcionários e clientes durante a interrupção de suas atividades, o que conseqüentemente pode gerar débitos junto aos seus fornecedores, por isso é relevante à identificação de passivos ambientais no decorrer do desenvolvimento de suas atividades, a fim de que seja possível constituir estratégias para a prevenção e correção dos prejuízos ocasionados à ecologia (GALDINO *et al.*, 2002).

## **2.4 Evidenciação contábil**

Neste tópico propõe-se abordar aspectos gerais da evidenciação da informação contábil, evidenciação contábil ambiental, evidenciação dos passivos ambientais, formas de evidenciação e a relevância dessas informações aos seus usuários.

### **2.4.1 Aspectos gerais**

Para a compreensão da evidenciação importa-se utilizar a expressão na língua inglesa *disclosure* (ou no modo verbal, *to disclose*) o qual, analisado separadamente têm-se duas partes: (a) *dis* que significa uma negação (correspondente na língua portuguesa, o *dis* de discordar) e (b) “*closure*”, no sentido de “fechar”, assim, *disclosure* é entendido como o contrário de “fechar”, representando “abrir” a empresa, por intermédio da publicação de informações confiáveis aos interessados (GOULART, 2003).

Informações confiáveis significa representação fidedigna e não ilusória para quem as utilizar, sendo necessário revelar e esclarecer os acontecimentos da empresa, independente de serem bons ou ruins, caracterizando o processo de evidenciação (FREITAS; STRASSBURG, 2007).

Segundo Piancentini (2004), a evidenciação é uma responsabilidade da Contabilidade, que têm como escopo satisfazer seus usuários, com informações claras, completas e úteis sobre a situação financeira, social e econômica da empresa em conformidade com as exigências dos princípios contábeis e órgãos reguladores.

Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (R1), para alcançar esse propósito, a informação contábil precisa apresentar as características qualitativas fundamentais, a saber, a relevância e a representação fidedigna, podendo ainda melhorar sua utilidade, por meio das características qualitativas, as quais são: verificabilidade, compreensibilidade,

comparabilidade e tempestividade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

A seguir apresenta-se na Tabela 1 a natureza das referidas características:

TABELA 1 – Características qualitativas fundamentais e de melhoria.

<b>CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS</b>			
<b>Relevância</b>		<b>Representação Fidedigna</b>	
Refere-se às informações capazes de fazer a diferença na tomada de decisão, possuindo valor preditivo e confirmatório. A materialidade integra a relevância, pois a eliminação de uma informação ou a sua má divulgação reflete nas decisões dos usuários.		Para a informação ser útil, além de apresentar um evento relevante, é necessário igualmente, demonstrar com genuinidade o evento que se propõe exibir, devendo ser completa, destituída de viés e livre de erros.	
<b>CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA</b>			
<b>Comparabilidade</b>	<b>Verificabilidade</b>	<b>Tempestividade</b>	<b>Compreensibilidade</b>
Torna a informação mais útil, pois permite o usuário reconhecer as diferenças e semelhanças dos itens, auxiliando-os em decisões que exigem escolhas, como por exemplo, em qual empresa investir. A comparação exige pelo menos dois elementos	Assegura que a informação apresenta a realidade do evento em questão, sendo possível que diferentes examinadores tenham entendimento semelhante em relação a um determinado elemento.	Significa ter informação disponível em tempo hábil para a tomada de decisão.	A classificação e apresentação da informação devem ser executadas de forma clara e concisa, a fim de proporcionar compreensão ao usuário

Fonte: Adaptado do Pronunciamento Técnico Conceitual Básico (2011).

Sendo assim, os tomadores de decisão terão pleno entendimento dos demonstrativos contábeis, uma vez que também deve ser verificado a quantidade e o tipo de evidenciação, simultaneamente, as características do usuário contábil, e a exigência é a de que as informações não relevantes sejam excluídas dos demonstrativos, a fim de expor somente as justas, plenas e adequadas, no que concerne à evidenciação (ARAÚJO *et al.*, 2004).

Dessa forma, a evidenciação, como instrumento da Contabilidade para exercer a intermediação entre a empresa e a sociedade, se faz necessária também em relação às informações ambientais, especificamente sobre as decisões tomadas e os resultados obtidos inerentes à conservação, defesa e restabelecimento do meio ambiente (PADILHA; ASTA, 2014).

A seguir será abordado, com mais detalhes, sobre a evidenciação contábil ambiental.

#### **2.4.2 Evidenciação contábil ambiental**

Diante da inquietação social com a natureza, os usuários têm exigido das empresas informações para avaliação de sua responsabilidade com o meio ambiente, devido à

necessidade de maior atenção aos problemas ecológicos, ocasionando uma conturbação social, a fim de proporcionar a análise das informações ambientais, conhecida também como evidenciação ambiental (ROSA *et al.*, 2011).

Outros principais agentes de influência na evidenciação ambiental de uma empresa, além dos usuários internos e externos, são as políticas ecológicas; considerações dos funcionários; relações públicas; competitividade; escolas e educação; atenção da mídia; prêmios e acordos de impactos ambientais; liberdade de acesso às informações; projetos de proteção ao meio ambiente, etc. (RIBEIRO; BELLEN, 2010).

Para Freitas e Strassburg (2007), a evidenciação ou divulgação das informações ambientais, está associada com o desenvolvimento de produção de cada departamento que influencia o progresso da empresa, o bem-estar dos indivíduos e a conservação do meio ambiente.

Sendo assim, a evidenciação ambiental se faz necessária, pois por meio dela as empresas prestam contas ao público, onde os administradores fazem menção às informações do seu compromisso socioambiental em relação ao patrimônio da empresa (ROSA *et al.*, 2011).

Apesar dessa evidenciação não ser obrigatória, as grandes organizações brasileiras estão inserido tal prática em seu cotidiano, sendo que não evidenciá-las resultaria em uma desvantagem competitiva (RIBEIRO; BELLEN, 2010).

Desse modo, a competitividade da empresa pode ser favorecida com as informações acerca do meio ambiente, que se dá por meio dos processos contábeis inerentes à área ecológica como direitos, obrigações, custos, receitas e despesas procedentes da gestão ambiental, buscando parâmetros que colaboram com a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável das empresas, as quais possuem em seus relatórios, informações transparentes na evidenciação de seu desempenho ambiental (SILVA; MELO; BARBOSA, 2013).

Conforme Rosa, Ensslin e Ensslin (2009), as informações ambientais que as empresas buscam evidenciar estão relacionadas com o intuito de elevar a reputação do negócio, levando em consideração: as necessidades do público, a natureza como uma fonte de recurso limitado, a responsabilidade profissional da administração e a interação dos diversos sistemas da empresa com a referida evidenciação.

A seguir, apresenta-se na Tabela 2 um modelo de evidenciação ambiental.

TABELA 2 – Modelo de evidenciação ambiental.

QUESTÕES	EVIDENCIAÇÃO
O que evidenciar?	Todas as informações inerentes a eventos que envolvem o meio ambiente.
Como evidenciar?	Conforme o nível de particularidades exigidas pela relevância dos valores e classificação dos gastos relacionados à empresa com o meio ambiente.
Quando evidenciar?	No momento em que evento ocorrer ou quando houver informações complementares disponíveis.
Onde evidenciar?	No escopo das demonstrações contábeis e nas notas explicativas, segundo a proporção e natureza das informações.

Fonte: Adaptado de Padilha e Asta (2014)

Portanto, evidenciação ambiental é a apresentação, por parte das empresas, das informações relativas às suas atitudes com o meio ambiente, a fim de demonstrar, aos interessados, a sua administração socioambiental (ROSA *et al.*, 2011), principalmente, concernente aos passivos ambientais, visto que os mesmos podem representar a disposição e a responsabilidade da empresa em prevenir e restaurar os danos ocasionados ao meio ambiente no decorrer do desenvolvimento de sua produção (CARDOSO *et al.*, 2006).

### 2.4.3 Evidenciação dos passivos ambientais

Segundo Galdino *et al.* (2004), a evidenciação dos passivos ambientais proporciona aos usuários das informações contábeis, o conhecimento de como os administradores garantem a continuidade da empresa e da ecologia, sendo que para assegurar a estabilidade da empresa, do ponto de vista socioambiental, se faz necessário que tais administradores identifiquem as obrigações existentes com o meio ambiente.

Além de ser um requisito da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 15, que determina a divulgação das informações da empresa concernente a interação com o meio ambiente, em que os passivos ambientais estão agregados, a evidenciação ambiental, de acordo com Rosa *et al.* (2011), permite maior esclarecimento e reduz a distância entre as empresas e os usuários externos, tais como: poder público, sociedade, consumidores, acionistas, entre outros.

Para Kraemer (2005), a identificação e evidenciação dos passivos ambientais contribuem para análise do prosseguimento da empresa e são relevantes para a divulgação do compromisso social.

Além disso, na ocorrência de reorganização empresarial de fusões, cisões e incorporações de empresas, a redução de riscos se torna mais perceptível, mediante a evidenciação dos passivos ambientais, pois a omissão desse passivo pode resultar em prejuízos para os adquirentes, visto que os novos proprietários assumem em conjunto com todos os direitos, sobre a nova organização, todas as obrigações existentes (MELO; TINOCO; FERNANDES, 2010).

Por isso, quanto maior for o interesse da empresa em divulgar seus passivos ambientais, mais confiança transmitirá, e como resultado, melhor será sua reputação diante dos usuários da informação (RODRIGUES; SANTOS; MELLO, 2009).

A evidenciação dos passivos ambientais se dá por meio de dois documentos técnicos, solicitados pelas autoridades governamentais, para aprovação de instalações e para o funcionamento ideal de algumas atividades, como a exploração econômica de madeira ou lenha, quando afetar áreas importantes na perspectiva ambiental, sendo que o primeiro refere-se ao Estudo de Impactos Ambiental (EIAs), que tem por finalidade detectar os impactos ambientais que podem ser provocados pelas atividades da empresa, bem como as medidas que devem ser providenciadas para cessar tais impactos, e o segundo trata-se dos Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (RIMAs) que retrata os acontecimentos inerentes à natureza, no decorrer do processo operacional (MARIANI, 2009).

Dessa forma, a evidenciação do passivo ambiental tornou-se uma relevante ferramenta para os gestores, pois funciona como um item de decisão, no sentido de verificar, avaliar e quantificar o posicionamento e potenciais gastos ambientais que devem ser solucionados em curto e longo prazo (CARDOSO *et al.*, 2006).

De acordo com os mesmos autores, as notas explicativas é a forma de divulgação mais utilizada no Brasil, visto que o órgão principal de fiscalização, a Comissão de Valores Mobiliários (CMV), concernente às empresas de capital aberto, determina a apresentação dos relatórios financeiros seguidos de notas explicativas, com o intuito de incentivar a evidenciação e, ainda, sugere, como oportunidade de publicação nas notas explicativas, temas como: serviços a realizar, obrigações de longo prazo, ocorrências ambientais, etc.

Em relação às notas explicativas a Lei 6.404/76 em seu artigo 176 e parágrafo 5 estabelece algumas informações que devem ser evidenciadas, dentre elas: a) critérios de avaliação dos itens patrimoniais, inclusive estoque, dos cálculos de amortização, exaustão e depreciação, provisões para encargos; b) os investimentos em outras sociedades, c) o aumento de valor dos itens do ativo decorrente de novas avaliações; d) as taxas de juros, os vencimentos e garantias de obrigações de longo prazo; e) responsabilidades eventuais; f) o

número e classificações das ações de capital social; g) ajustes de exercícios anteriores, além de ter que fornecer quaisquer informações adicionais, não inseridas nos demonstrativos, consideradas necessárias para uma adequada apresentação.

Costa e Marion (2007) complementam que nessas notas explicativas devem-se mencionar a descrição e o valor correspondente dos passivos ambientais. Contudo, muitas empresas argumentam que não evidenciam os passivos ambientais, em virtude da impossibilidade de mensuração, no entanto, para esses casos recomenda-se a divulgação em notas explicativas, dos motivos que impossibilitou a atribuição de valor e contabilização da obrigação, mas sem se absolver da incumbência de evidenciar a sua autêntica situação patrimonial (GIACOMETTI; TRISTÃO; TRISTÃO, 2006).

Para satisfazer os usuários com informações transparentes, os elaboradores dos demonstrativos contábeis podem utilizar-se de outras formas de evidenciação contábil, além das notas explicativas, que serão abordados no tópico seguinte.

#### **2.4.4 Formas de evidenciação**

Além das notas explicativas mencionadas no item anterior tem-se outras formas de evidenciação, tais como: informações entre parênteses, quadros e demonstrativos complementares, demonstrações contábeis, relatório da administração, relatório de sustentabilidade e balanço social, sendo que as informações entre parênteses exercem função de complemento de terminologia, descrição de forma de avaliação, qualificação ou limitação de determinada contas, uma vez usada de forma criteriosa torna-se esclarecedora, enquanto que os quadros e demonstrativos complementares, devem ser usados para detalhar informações, que já estão nos relatórios contábeis, de forma qualitativa, podendo ser inclusos no corpo das notas explicativas (AQUINO; SANTANA, 1992).

Em relação aos demonstrativos contábeis apresentam a posição financeira, patrimonial e o desempenho da empresa em determinado período, além de proporcionar informações que envolvem receitas, despesas e fluxo de caixa, devendo ser apresentados, pela empresa, no mínimo uma vez ao ano, de forma que os usuários possam avaliar a sua gestão (PADILHA; ASTA, 2014).

A Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, estabelece as demonstrações obrigatórias, as quais são: balanço patrimonial, demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados, que poderá ser inserida na demonstração das mutações do patrimônio líquido, quando elaborada pela empresa, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos

fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, se companhia aberta e notas explicativas, exercendo papel fundamental na divulgação de elementos ambientais.

Entretanto, enquanto a Lei 6.404/76 determina a demonstração das mutações do patrimônio líquido como facultativa e não menciona a obrigatoriedade da demonstração do resultado abrangente, tais demonstrações são incluídas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, sendo obrigatórias suas apresentações pelas empresas de capital aberto, uma vez que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou o referido Pronunciamento Técnico.

Além dos demonstrativos supramencionados, encontra-se, como outra forma de evidenciação, o relatório da administração, que embora não faça parte das demonstrações contábeis, propriamente ditas, a sua evidenciação é exigida pela Lei 6.404/76, devendo constar os principais fatos administrativos, como por exemplo, investimentos em outras empresas.

Bulhões (2009), também cita o relatório de sustentabilidade, que além de ser utilizado pelas empresas como forma de apresentar procedimentos responsáveis, éticos e transparentes no âmbito econômico, social e ambiental, é uma ferramenta estratégica para tomada de decisão, podendo constar informações como: objetivos futuros da empresa, políticas de sustentabilidade e ações para cumpri-las, etc.

Por fim, as empresas ainda podem se utilizar do balanço social, como forma de evidenciação das questões ambientais, cuja finalidade é de apresentar, ao público, a responsabilidade social da organização, visto que, a divulgação do planejamento e política de investimento socioambiental, permite, juntamente com o relatório de sustentabilidade, uma avaliação da gestão da empresa (PINTO; RIBEIRO, 2004).

## **2.5 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**

A seguir será abordado sobre a origem, características, missão e objetivos estratégicos do ISE.

### **2.5.1 Origem**

A concepção de desenvolvimento sustentável tem sido valorizada mundialmente nos mercados financeiros, visto que os investidores têm buscado por investimentos socialmente

responsáveis, determinando a constituição de Índices de ações, para constatar as empresas que adotam esses princípios em vários países (SILVA; QUELHAS, 2006).

O Investimento Sustentável e Responsável (ISR)<sup>2</sup> refere-se à sistemática de aplicação de capital que associa os propósitos econômicos do investidor com seus interesses e responsabilidade a respeito de questões de governança, da sociedade e do meio ambiente, sendo o mercado de ações um importante instrumento para incentivar os investidores a aderirem esses conceitos, por intermédio da criação dos Índices de sustentabilidade que, segundo pesquisas, já são mais de 50 existentes em várias bolsas no mundo (MACEDO *et al.*, 2012).

Para atender essa necessidade no Brasil a BM&FBOVESPA, com o apoio de outras instituições, criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), sendo o quarto Índice de ações desenvolvido no mundo com o intuito de demonstrar o resultado do mercado, formado por empresas que exercem políticas de gestão sustentável (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Conforme os mesmos autores, em 1º de dezembro de 2005, o Brasil foi um dos pioneiros a apresentar, em São Paulo, a sua carteira do ISE, com 34 ações de 28 empresas, conceituadas pelas mais avançadas práticas sustentáveis no país, concretizando um projeto que se iniciou, em junho de 2003, quando Luiz Maia, gestor de *Asset* do Banco ABN Amro Real, indagou o presidente do Conselho da BM&FBOVESPA, Raymundo Magliano, da seguinte forma: “Por que não criar no Brasil um Índice de responsabilidade social nos moldes do DJSI<sup>3</sup> e do FTSE4Good<sup>4</sup>”, a partir de então, Magliano, os executivos da BM&FBOVESPA, abrangendo o superintendente de Operações, Ricardo Nogueira e o superintendente geral da bolsa, Gilberto Mifano, viram no projeto, uma oportunidade de intensificar os objetivos de progresso do mercado.

Dessa forma, a equipe de trabalho da constituição do ISE foi composta por especialistas e instituições atuantes em assuntos relacionados à governança corporativa, responsabilidade social, mercado de capitais e meio ambiente, que estabeleceram metas para o desenvolvimento do Índice e planejaram a proposta para análise do *International Finance Corporation* (IFC), Banco Mundial e financiador do Índice (MIURA; MARCON; SOUZA, 2011).

---

<sup>2</sup> ISR trata-se de Investimento Sustentável Responsável, também denominado pela sigla em inglês SRI.

<sup>3</sup> *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), foi o primeiro Índice de ações criado em Nova Iorque, no ano de 1999.

<sup>4</sup> FTSE4Good, foi o segundo Índice de ações originado em Londres, no ano de 2001.

### 2.5.2 Características e objetivos estratégicos

O ISE é um instrumento que possibilita comparar a avaliação do desempenho das empresas inseridas na BM&FBOVESPA, no âmbito de uma economia eficiente, controle do meio ambiente, igualdade social e governança corporativa, a fim de desenvolver um mercado de investimento proporcional com as necessidades da atual comunidade e incentivar o compromisso moral das organizações, a transparência na divulgação de suas transações e responsabilidade com o desenvolvimento sustentável (MACEDO *et al.*, 2012).

Além disso, conforme os mesmos autores, o ISE tem por princípio *screening* positivo, isto é, não há limitação de ramo de atividade, diferentemente dos outros Índices de sustentabilidade, como é o caso do FTSE4Good que elimina empresas de determinados setores, como fabricação de armas e tabaco.

Sendo assim, o ISE tem como característica encorajar as empresas a praticarem o desenvolvimento sustentável, dispondo de motivos para aplicações de capitais socialmente responsáveis, como o crescimento para a organização no longo prazo, pois estão mais capacitadas para enfrentar situações de riscos; o mercado internacional dispõe cada vez mais de instrumentos financeiros propostos a satisfazer as necessidades por ISR e a carteira do ISE BM&FBOVESPA possui oportunidades para tal investimento (ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL, 2015).

Dessa forma, pode-se afirmar que nos últimos anos, o ISE desempenhou o importante papel de envolver o tema sustentabilidade junto às organizações, pois as empresas que não possuíam tal planejamento descobriram no questionário do Índice, um instrumento de preparação e uma referência de padrões (RUFINO *et al.*, 2014).

O ISE, ainda, colabora com os acionistas no processo de tomada de decisão em que envolve a responsável aplicação de capitais, além de estar de acordo com o tema desafiador da sustentabilidade e aperfeiçoar os métodos e as ações das empresas, em favor do equilíbrio do meio ambiente, diante do mercado econômico e da sociedade (ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL, 2015).

A fim de atingir os objetivos mencionados acima, o ISE tem como principais estratégicas tornar mais amplo a caminho de dados e informações no mundo dos negócios, incentivar um maior número de empresas a participarem do processo seletivo, estabilizar e facilitar os meios de conversação entre as pessoas que têm interesse de negociação, ser referência no mercado de investimentos e aprimorar os instrumentos que desenvolvem as questões para seleção (ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL, 2015).

### 2.5.3 Sistemática do questionário ISE

A seleção desenvolvida pelo ISE é realizada por meio de um questionário que observa os aspectos ambientais, sociais e econômicos da empresa, com base em critérios que envolvem comprometimento, planejamento, desempenho e atendimento às normas, para então avaliar o nível de sustentabilidade das organizações (SILVA; QUELHAS, 2006).

Conforme os mesmos autores, a sistemática do questionário foi desenvolvida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces), e está em contínuo aperfeiçoamento em face dos avanços das definições e aplicação da sustentabilidade, sendo revisto anualmente, e as empresas que compõe o Índice reanalisadas.

O questionário está organizado e classificado em 7 dimensões, aproximadamente 30 critérios e 70 indicadores, compreendendo cerca de 180 questões que devem ser respondidas pelas empresas que pretendem participar do Índice, apresentando como aspecto geral o compromisso com a sustentabilidade, vinculado com práticas como: remuneração inerente ao desenvolvimento socioambiental da organização, combate à corrupção, transparências nas evidenciações, etc. (MACEDO *et al.*, 2012).

De acordo com os mesmos autores, as demais dimensões inclui a natureza do produto, avaliando os resultados e informações, dos produtos e serviços, disponibilizadas ao consumidor; governança corporativa, que abrange a relação entre os sócios, a gestão do Conselho de Administração, procedimentos de auditoria e ações sobre conflito de interesses; aspectos econômico-financeiro, ambiental e social, que trata da gestão, desempenho legal e políticas corporativas, com questionários específicos, sobre a dimensão ambiental, para cada ramo de atividade, e mudanças climáticas, que alinhado com gestão da empresa, avalia o desenvolvimento das informações pertinentes ao tema.

Sendo assim, para compor o ISE, as empresas devem atender critérios, tais como, possuir ações que estejam entre as 200 de maior nível de negociação e ter sido comercializada em pelo menos 50% dos pregões realizados nos últimos doze meses do início do processo de análise, além de satisfazer os critérios de sustentabilidade exigidos pelo Conselho do ISE, no entanto, empresas que estão em situação especial, processo de falência, sob processo de recuperação judicial, ou esteja por um longo período suspensa de negociação, não poderão integrar a carteira do Índice (MIURA; MARCON; SOUZA, 2011).

A carteira do Índice tem vigência de Janeiro a Dezembro de cada ano e é composta por até 40 empresas que serão avaliadas por meio de uma análise quantitativa, conforme a pontuação alcançada pela empresa, baseada nas respostas do questionário e de uma análise

qualitativa, que se refere à avaliação da qualidade dos documentos que comprovam às respostas indicadas no questionário (MACEDO *et al.*, 2012).

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Classificação da pesquisa**

A ciência tem como finalidade principal demonstrar a fidedignidade dos fatos, entretanto, o que difere o conhecimento científico dos demais é a sua verificabilidade, isto é, para um conhecimento ser classificado como científico, é necessário detectar as execuções intelectuais e técnicas que tornaram possíveis a sua investigação, ou seja, definir os métodos utilizados para obter determinado conhecimento (GIL, 2008).

Sendo assim, as pesquisas podem ser classificadas com base em seus objetivos, procedimentos, problemas (RAUPP; BEUREN, 2009), método de abordagem e técnica de coleta de dados (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Dessa forma, quanto aos objetivos à pesquisa fora descritiva, pois apresentou o nível de evidenciação dos passivos ambientais das empresas, do subsetor de madeira e papel.

Quanto à abordagem do problema se classificou como qualitativa e quantitativa, pois para se obter o nível de evidenciação dos passivos ambientais, fora necessária a análise e interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis das companhias, e posterior quantificação em percentual.

Em relação aos procedimentos se classificou, como bibliográfica, documental e levantamento de dados, em virtude de que foram usados livros, artigos científicos, demonstrações contábeis e outros documentos das empresas para a verificação de informações sobre o passivo ambiental e constituição da pesquisa, ainda, fora necessário um levantamento de informações da amostra em estudo.

Já no método de abordagem, a pesquisa utilizou o método dedutivo, pois se chegou a uma conclusão do nível de evidenciação dos passivos ambientais, a partir das premissas existentes nos relatórios das companhias.

Enquanto que a técnica utilizada para a coleta de dados fora indireta, pois as informações utilizadas referiram-se a itens conhecidos, isto é, as demonstrações contábeis e outros relatórios disponíveis no sítio da BM&FBOVESPA e nos sítios particulares das empresas analisadas.

### 3.2 Amostra, período e coleta de dados

Nesta pesquisa, a população fora representada pelas duas empresas do segmento de madeira e sete empresas do segmento de papel e celulose listadas na BM&FBOVESPA<sup>5</sup>. Na Tabela 3 constam as empresas listadas no segmento de madeira e papel:

TABELA 3 – Empresas do segmento de madeira e papel.

SEGMENTO	EMPRESAS
Madeira	Duratex S.A Eucatex S.A Indústria e Comércio
Papel e Celulose	Celulose Irani S.A Cia Melhoramentos de São Paulo Fibria Celulose S.A Klabin S.A Santher Fábrica de Papel Santa Teresinha S.A Suzano Holding S.A Suzano Papel e Celulose S.A

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

O período da coleta de dados fora referente ao ano de 2014, a fim de obter o nível de evidenciação dos passivos ambientais. A seleção da amostra fora intencional e não probabilística.

Para que a pesquisa apresentasse resultado confiável, foi necessário adotar o seguinte critério de seleção: amostra composta por empresas do subsetor de madeira e papel que sempre estiveram inseridas na carteira do ISE, nos últimos cinco anos, por número igual de empresas que em momento algum fizeram parte desse Índice, nesse período.

Dessa forma, a amostra da pesquisa fora composta pelas duas empresas do segmento de madeira, a saber: a DUCATEX S.A, pois sempre esteve inserida na carteira do ISE no período selecionado, e a EUCATEX S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, pois não esteve inserida na carteira, no mesmo período. Enquanto que no segmento de papel e celulose quatro empresas fizeram parte da amostra, as quais são: a FIBRIA CELULOSE S.A e a SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A, pois sempre estiveram inseridas na carteira do ISE nos últimos cinco anos, a CIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO e a CELULOSE IRANI S.A, as quais foram selecionadas por meio de sorteio, incluindo a participação da empresa SANTHER FÁBRICA DE PAPEL SANTA TERESINHA S.A, onde as três empresas tiveram seus nomes

<sup>5</sup> A população da pesquisa fora composta pelas empresas, supramencionadas, listadas no site BM&FBOVEPA no dia 20/05/2015.

escritos, cada um em pedaços de papéis separados, os quais foram colocados dentro de um recipiente e escolhido aleatoriamente.

Ainda foram eliminadas da amostra a SUZANO HOLDING S.A, por ser sociedade holding da SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A, e a empresa KLABIN S.A, que não atendeu ao critério de seleção.

Assim, a amostra dessa pesquisa fora composta por seis empresas, conforme a Tabela 4:

TABELA 4 – Amostra da pesquisa.

SEGMENTO	EMPRESAS	ISE <sup>6</sup>
Madeira	Duratex S.A	Sim
	Eucatex S.A Indústria e Comércio	Não
Papel e Celulose	Fibria Celulose S.A	Sim
	Suzano Papel e Celulose S.A	Sim
	Cia Melhoramentos de São Paulo	Não
	Celulose Irani S.A	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

A coleta de dados da pesquisa fora realizada por meio da verificação das expressões propostas, que foram analisadas nos demonstrativos contábeis das seis empresas selecionadas para amostra, listadas na BM&FBOVESPA, compreendendo o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Balanço Social (BS), Relatório da Administração (RA), Relatório de Sustentabilidade (RS) e Notas Explicativas (NE).

### 3.3 Instrumento de coleta de dados

Verificou-se a evidenciação das informações, relacionadas ao passivo ambiental, pelas empresas do subsetor de madeira e papel, por meio da análise de algumas expressões nos relatórios das companhias. A Tabela 5 apresenta a classificação de tais expressões e seu contexto:

<sup>6</sup> Avaliou-se o período de cinco anos, a saber, de 2010 a 2014, para determinar a classificação de pertencer (SIM) e não pertencer (NÃO) ao Índice.

TABELA 5 – Expressões que foram analisadas e seu contexto.

EXPRESSÕES	CONTEXTO
1. Passivo Ambiental	Dívida que a empresa terá que liquidar em algum período, resultante de uma interação da empresa com o meio ambiente.
2. Multas, Indenizações e Danos	Gastos da empresa com reembolsos ambientais e danos referentes à natureza.
3. Financiamentos e Empréstimos	Fundos obtidos mediante concessão de crédito, destinados à restauração do meio ambiente e liquidação das obrigações ambientais.
4. Investimentos no Meio Ambiente	Referentes aos planejamentos ambientais que tenham por finalidade a elaboração e negociação dos produtos relacionados à madeira e o papel.
5. Provisões	Destinadas a projetos de capacitação ao pessoal da empresa, que tenha por objetivo promover a conscientização do uso adequado dos recursos ambientais.
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	Trata-se de ações relacionadas à conservação da natureza e à sociedade com redução dos impactos ambientais e melhoria da qualidade da prestação de serviço.
7. Projetos Ambientais	Referem-se ao planejamento econômico de atividades, como educação ambiental e reciclagem, a fim de preservar e restabelecer o meio ambiente, resultando em benefícios socioambientais, no meio onde as empresas estão inseridas.
8. Recuperação de áreas degradadas	Após o conhecimento da degradação ambiental, as empresas executam operações para a recuperação de áreas degradadas e revitalização urbana.
9. Programas de Proteção	Trata-se de qualquer prática adotada pelas empresas que tenha por objetivo proteger o meio ambiente.
10. Impactos Ambientais	Referem-se à existência de danos ambientais causados pela empresa.

Fonte: Adaptado de Berner (2009).

Para a análise, o método utilizado foi a técnica de análise de conteúdo, pois foram verificados os documentos disponíveis no sítio da BM&FBOVESPA e dos sítios particulares das empresas, também como método de análise aplicou-se o sistema binário, sendo que a cada apresentação, correspondente a uma expressão, teve a representação pelo número 1, e a cada ausência de apresentação, correspondente a uma expressão, teve-se a representação pelo número 0. A aplicação do método binário se fez necessária para a apuração do nível correspondente à evidenciação de informação relacionada ao passivo ambiental.

Na avaliação do nível de evidenciação do passivo ambiental, conforme apresentação das expressões no conjunto dos relatórios, fora utilizado o esquema de Quartil, o qual é dividido em quatro partes, de 25%, para análise, as quais são classificadas em ruim, razoável,

satisfatório e bom. Sendo que o 1º Quartil foi o valor que representou 25% (1/4) dos índices das empresas estudadas abaixo de si mesmo e 75% (3/4) acima; o 2º Quartil demonstrou a metade dos níveis analisados, sendo 50% abaixo e 50% acima; o 3º Quartil foi calculado considerando 75% (3/4) abaixo de si mesmo e 25% (1/4) acima, enquanto que o 4º Quartil foi determinado pelo valor total, isto é, 100%.

O nível de informações evidenciadas sobre o passivo ambiental foi calculado com base nos relatórios contábeis e administrativos das empresas, selecionadas para amostra, a fim de se obter a classificação desse nível, como mencionado.

## **4 RESULTADOS DA PESQUISA**

Nesta seção serão abordadas as análises e informações coletadas nas demonstrações contábeis das empresas do subsetor de madeira e papel, conforme critérios mencionados na seção anterior.

### **4.1 Análise dos resultados**

As seis empresas participantes da amostra desta pesquisa, apresentaram os relatórios propostos para análise, supramencionados, em seus sítios particulares e no sítio da BM&FBOVESPA, exceto a companhia Eucatex S.A Indústria e Comércio, a qual não elaborou o relatório de sustentabilidade referente ao ano de 2014.

Para a organização dos dados, foram construídas as tabelas individuais das empresas, com os respectivos resultados de evidenciação por quesito, os quais constam nos apêndices deste, bem como a classificação consolidada da evidenciação dos passivos ambientais das companhias na Tabela 6, conforme a seguir:

TABELA 6 – Classificação da Evidenciação dos Passivos Ambientais.

EMPRESAS	QUESITOS										TOTAL	NÍVEL	ISE	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10				
<b>Segmento Madeira</b>														
Duratex S.A	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	9	90%	Sim
Eucatex S.A Indústria e Comércio	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	4	40%	Não
<b>Segmento Papel e Celulose</b>														
Fibria Celulose S.A	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	9	90%	Sim
Suzano Papel e Celulose S.A	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	9	90%	Sim
Cia Melhoramentos S.A	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	6	60%	Não
Celulose Irani S.A	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	80%	Não
Total	4	3	0	6	4	6	6	5	6	6	5			
Percentual	66,67%	50,00%	0%	100,00%	66,67%	100,00%	100,00%	83,33%	100,00%	100,00%	83,33%			

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

O nível de evidenciação das informações acerca dos passivos ambientais, apresentados pelas empresas participantes dessa pesquisa teve sua apuração utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Nível de evidenciação} = \frac{\text{Total de quesitos evidenciados pela empresa}}{\text{Total de quesitos máximos de evidenciação}} \times 100$$

Deste modo, as empresas Duratex S.A, Fibria Celulose S.A e Suzano Papel e Celulose S.A atingiram nível de evidenciação dos passivos ambientais, individualmente, de 90%, enquanto que a Eucatex S.A Indústria e Comércio obteve nível de 40%, a Cia Melhoramentos de São Paulo apresentou nível de 60% e a Celulose Irani S.A alcançou o nível de 80%.

Sendo assim, a análise esclarece que as três empresas inseridas no ISE, conforme demonstra a Tabela 6, apresentaram níveis de evidenciação dos passivos ambientais de 90% cada uma, podendo-se afirmar que o grau de informações fora maior que o das três empresas não inseridas no ISE, os quais foram de 40%, 60% e nível máximo atingindo de 80%, tendo como média de 60%.

Partindo para uma análise por segmento, verificou-se que o segmento de madeira teve como nível de evidenciação de 65% dos passivos ambientais, enquanto que o segmento de papel e celulose apresentou nível de evidenciação dos referidos passivos de 80%.

Em relação aos quesitos foram considerados os aspectos qualitativos e quantitativos do seu contexto. Notou-se que os quesitos que apresentaram maior quantidade de evidenciação referem-se aos Investimentos no Meio Ambiente; Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente; Projetos Ambientais e Programas de Proteção, os quais foram identificados nos relatórios de todas as seis empresas analisadas, ou seja, atingiram 100% de divulgação, enquanto que o quesito de Financiamentos e Empréstimos não fora divulgado por nenhuma organização.

Dessa forma, verificou-se ainda a evidenciação dos passivos ambientais por relatório, conforme a Tabela 7, a seguir:

TABELA 7 – Evidenciação dos passivos ambientais por relatório.

QUESITOS	EVIDENCIAÇÃO			
	DFP	NE	RS	RA
1. Passivo Ambiental	0	2	2	1
2. Multas, Indenizações e Danos	0	1	2	0
3. Financiamentos e Empréstimos	0	0	0	0
4. Investimentos no Meio Ambiente	0	4	5	3
5. Provisões	0	0	4	0
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	0	3	5	2
7. Projetos Ambientais	0	3	5	3
8. Recuperação de áreas degradadas	0	2	5	1
9. Programas de Proteção	0	3	5	2
10. Impactos Ambientais	0	2	5	1
TOTAL	0	20	38	13
PERCENTUAL	0%	33,33%	63,33%	21,67%

Legenda: DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas

NE – Notas Explicativas

RS – Relatório de Sustentabilidade

RA- Relatório da Administração

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Notou-se que os quesitos 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 10 foram evidenciados em mais de um relatório pelas empresas que divulgaram seu contexto, enquanto que o quesito 5 foi apresentado somente em um demonstrativo das companhias que publicaram o seu conteúdo, o quesito 3 não foi divulgado por nenhuma organização.

Verificou-se, ainda, que o relatório que mais constou informações acerca dos passivos ambientais foi o Relatório de Sustentabilidade, com 63,33% de divulgação. Enquanto que nos principais instrumentos de evidenciação, a saber, as Demonstrações Financeiras Padronizadas, não houve nenhuma apresentação concernente aos contextos dos passivos mencionados, isso significa que as companhias participantes desta pesquisa utilizaram mais dos relatórios complementares para expor informações ambientais.

Dessa forma, para a complementação, à resposta da problemática de pesquisa, se fez necessário classificar os níveis de evidenciação dos passivos ambientais, das empresas inseridas no ISE e das empresas não pertencentes ao ISE, no esquema de Quartil. Os Quartis foram calculados com base nos resultados da amostra, sendo classificados conforme Tabela 8.

TABELA 8 – Classificação do nível de evidenciação dos passivos ambientais por Quartis.

<b>1º QUARTIL = Q1</b>	<b>2º QUARTIL = Q2</b>	<b>3º QUARTIL = Q3</b>	<b>4º QUARTIL = Q4</b>
NÍVEL RUIM De 0 a 55%	NÍVEL RAZOÁVEL De 55,01% a 85%	NÍVEL SATISFATÓRIO De 85,01 % a 90%	NÍVEL BOM De 90,01% a 100%

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Sendo assim, após o cálculo dos Quartis demonstrados na Tabela 8, realizou-se a classificação dos níveis de evidenciação dos passivos ambientais de cada empresa, conforme Tabela 9.

TABELA 9 - Classificação do nível de evidenciação dos passivos ambientais das empresas.

<b>EMPRESAS</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>ISE</b>
Duratex S.A	90%	Satisfatório	Sim
Eucatex S.A Indústria e Comércio	40%	Ruim	Não
Fibria Celulose S.A	90%	Satisfatório	Sim
Suzano Papel e Celulose S.A	90%	Satisfatório	Sim
Cia Melhoramentos S.A	60%	Razoável	Não
Celulose Irani S.A	80%	Razoável	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

De acordo com a Tabela 9, as empresas inseridas na carteira do ISE, as quais são: Duratex S.A, Fibria Celulose S.A e Suzano Papel e Celulose S.A, apresentaram nível Satisfatório de evidenciação dos Passivos Ambientais, pois divulgaram 9 quesitos dos 10 analisados.

Já as empresas não participantes do ISE, apresentaram os seguintes níveis de evidenciação dos Passivos Ambientais: Eucatex S.A Indústria e Comércio, nível Ruim, em virtude de não ter elaborado o Relatório de Sustentabilidade, com divulgação de apenas 4 quesitos em seus relatórios; Cia Melhoramentos de São Paulo e Celulose Irani S.A, nível Razoável, devido a apresentação de 6 e 8 quesitos, respectivamente, em seus demonstrativos.

Desse modo, constatou-se que as companhias inseridas na carteira do ISE obtiveram nível superior às organizações não participantes do Índice em análise.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidenciação dos Passivos Ambientais demonstra o compromisso da empresa com o meio ambiente e o seu interesse em apresentar informações aos *stakeholders*, visto que as obrigações associadas à ecologia provocam alterações no patrimônio das organizações.

Nessa perspectiva, o ISE proporciona incentivo à prática do desenvolvimento sustentável, bem como a divulgação de todas as informações associadas às operações das companhias, dentre as quais estão inclusas às de cunho ambiental.

Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida com o propósito de realizar uma análise comparativa da evidenciação dos passivos ambientais entre as empresas inseridas no ISE e as empresas não participantes da carteira do Índice, com ótica àquelas do segmento de madeira e papel e celulose.

Na análise das demonstrações contábeis das companhias pertencentes ao ISE, notou-se homogeneidade e elevado grau de evidenciação dos quesitos determinados, resultando em um nível Satisfatório de apresentação das informações relacionadas aos passivos ambientais, mediante o alcance do percentual individual pelas organizações: Duratex S.A, Fibria Celulose S.A e Suzano Papel e Celulose S.A de 90%.

Tais empresas divulgaram em seus relatórios os mesmos contextos de evidenciação sobre os passivos ambientais, exceto o quesito relacionado a Financiamentos e Empréstimos, que não fora apresentado por nenhuma organização, contudo, os quesitos relacionados aos Investimentos no Meio Ambiente; Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente; Projetos Ambientais e Programas de Proteção foram os mais evidenciados, constando nas demonstrações de todas as seis companhias participantes da pesquisa.

Já nos demonstrativos das organizações não pertencentes ao Índice, percebeu-se uma heterogeneidade e menor grau de informações sobre os passivos ambientais, do que as companhias inseridas no ISE, com percentual máximo atingindo pela empresa Celulose Irani S.A de 80%, classificada com nível Razoável de evidenciação; a Cia Melhoramentos de São Paulo teve nível também Razoável, com 60% e a Eucatex S.A Indústria e Comércio obteve nível Ruim, com 40% , sendo a média total de divulgação dessas empresas de 60%.

Os quesitos evidenciados pelas empresas não participantes do ISE estão relacionados aos Projetos de Proteção, Conservação e Manutenção do Meio Ambiente, contendo pouca ou nenhuma informação sobre as Obrigações, Indenizações, Multas, Financiamentos, Empréstimos, Impactos Ambientais e Provisões destinadas a treinamento dos colaboradores, a fim de incentivar o uso adequado dos recursos naturais.

Constatou-se ainda, que tanto as empresas participantes do ISE, quanto às companhias não inseridas na carteira do Índice, não evidenciaram nenhuma informação sobre os passivos ambientais em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas, optando por apresentar tais passivos nos relatórios complementares.

Portanto, concluiu-se que as empresas participantes da carteira do ISE, apresentaram um melhor nível de informações sobre suas responsabilidades e compromissos com o meio ambiente, do que as companhias não inseridas no Índice, evidenciando de forma mais detalhada a existência dos passivos ambientais.

Diante ao exposto, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, a fim de se analisar, comparativamente, as divulgações acerca dos passivos ambientais de todas as empresas que exercem atividades potencialmente poluidoras, verificando ainda o conteúdo dessas evidenciações.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, W.; SANTANA, A. C. Evidenciação. **Caderno de Estudos**, São Paulo, n. 5, FIPECAFI, 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-92511992000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511992000200002)>. Acesso em: 04/10/2015.

ARAÚJO, E. M.; FERNANDES, M. H. H.; SOUZA, R. F. R.; NAKANISHI, Renata. Evidenciação nas demonstrações contábeis das instituições financeiras. **Jovens Pesquisadores**, v. 1, n. 1, p. 136-148, 2004. Disponível em: <<http://mackenzie.com.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/791/326>>. Acesso em: 24/09/2015.

BERNER, C. V. **Investigação sobre as práticas e tratamento dos passivos ambientais das empresas de energia elétrica listadas na Bovespa**. 2009. 135p. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, FECAP, São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://200.169.97.106/biblioteca/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=205](http://200.169.97.106/biblioteca/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=205)>. Acesso em: 05/03/2015.

BERTOLI, A. L.; RIBEIRO, M. de S. Passivo Ambiental: Estudo de caso do petróleo brasileiro S.A – Petrobrás. A Repercussão Ambiental nas Demonstrações Contábeis, em consequências dos acidentes ocorridos. **Revista Adm. Contemp.**, v. 10, n. 2, p. 117-136, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n2/a07.pdf>>. Acesso em: 05/05/2015.

BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros. **Empresas listadas**. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 13/03/2015.

BORBA, G. N. S. **A influência dos stakeholders no gerenciamento de um projeto**. 2010. 41p. Monografia (Graduação em Gestão de Projetos) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/k214462.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k214462.pdf)>. Acesso em: 17/04/2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 08/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, jan. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm)>. Acesso em: 08/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, dez. 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)>. Acesso em: 08/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, ago. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 08/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm)>. Acesso em: 08/05/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 09/05/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção da diversidade biológica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/bio-diversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em: 16/04/2015.

BULHÕES, B. **O que deve compor um relatório de sustentabilidade**. In: Itambé, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.cimentoitambe.com.br/o-que-deve-compor-um-relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 05/10/2015.

CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005. **UnB Contábil - UnB**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 9-37, jan./jun. 2007. Disponível em: <[http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/147/pdf\\_101](http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/147/pdf_101)>. Acesso em: 08/04/2015.

CARDOSO, C.; SILVEIRA, J. B.; BENETON, L. A.; BERTO, N. G.; ROCHA, S. M.; RODRIGUES, A. F.; CAMACHO, R. R. Auditoria em passivos ambientais. In: SEMANA DO CONTADOR, 2006. **Anais...** Maringa, PR: UEM, 2006. Disponível em: <[http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais\\_2006\\_arquivo\\_11.pdf](http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_11.pdf)>. Acesso em: 28/09/2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 17/03/2015.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20). **Sobre a RIO+20**. Rio de Janeiro, Rio+20, 2012. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html)>. Acesso em: 22/04/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1003/04**. Aprova a NBC T 15 - Informações de natureza social e ambiental. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2004/001003](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003)>. Acesso em: 18/05/2015.

COSTA, R. S. da; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Rev. Cont. Fin.** USP, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n43/a03v1843.pdf>>. Acesso em: 30/04/2015.

FIGUEIREDO, S.; MOURA, H. A utilização dos métodos quantitativos pela Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano 30, n. 127, p. 51-61, jan./fev. 2001. Disponível em: <[http://200.17.83.38/portal/upload/com\\_arquivo/a\\_utilizacao\\_dos\\_metodos\\_quantitativos\\_na\\_contabilidade.pdf](http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/a_utilizacao_dos_metodos_quantitativos_na_contabilidade.pdf)>. Acesso em: 04/05/2015.

FREITAS, C. C. O.; STRASSBURG, U. Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras. In: VI SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA DA UNIOESTE, 2007. **Anais...** Cascavel, PR: UNIOESTE, 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>>. Acesso em: 20/03/2015.

GALDINO, C. A. B.; SANTOS, E. M.; PINHEIRO, J. I.; MARQUES JÚNIOR, S.; RAMOS, R. E. B. Passivo ambiental das organizações: uma abordagem teórica sobre avaliação de custos e danos ambientais no setor de exploração de petróleo. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2002. **Anais...** Curitiba, PR: ENEGEP, 2002. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2002\\_tr100\\_1263.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2002_tr100_1263.pdf)>. Acesso em: 08/05/2015.

\_\_\_\_\_. Passivo ambiental: revisão teórica de custos da indústria do petróleo. **Revista Produção**, v. 14, n. 1, p. 54-63, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n1/v14n1a06.pdf>>. Acesso em: 22/09/2015.

GARCIA, R. S. M.; OLIVEIRA, D. L. Contabilidade ambiental: História e função. **Revista Gestão & Tecnologia**, ed. 1, p. 11-16, set./out. 2009. Disponível em: <[http://www.faculdade.delta.edu.br/imagens/revista\\_gestao\\_tecnologia/edicao\\_1/contabilidade\\_ambiental.pdf](http://www.faculdade.delta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf)>. Acesso em: 24/03/2015.

GIACOMETTI, H. C.; TRISTÃO, J. A. M.; TRISTÃO, V. T.V. **Evidenciação de passivos ambientais e responsabilidade social empresarial**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO EM TECNOLOGIA, 2006. AEDB: Resende, RJ: 2006, p. 1-12. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/935\\_CONTABILIDADE%20AMBIENTAL.pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/935_CONTABILIDADE%20AMBIENTAL.pdf)>. Acesso em: 27/09/2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GOULART, A. M. C. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. 199p. Dissertação (Mestre em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/en.php>>. Acesso em: 07/05/2015.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). **O que é o ISE**. 2015. Disponível em: <<http://isebvmf.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=1>>. Acesso em: 19/03/2015.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade ambiental**: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. In: Universo Ambiental, 2001. Disponível em: <[http://www.universoambiental.com.br/Contabilidade/Contabilidade\\_FuturoSust.htm](http://www.universoambiental.com.br/Contabilidade/Contabilidade_FuturoSust.htm)>. Acesso em: 26/09/2015.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade ambiental**: o passaporte para a competitividade. Portal Universo Ambiental, 2007. Disponível em: <[www.universoambiental.com.br/novo/artigos\\_1er.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=166](http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_1er.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=166)>. Acesso em: 30/04/2015.

\_\_\_\_\_. Contabilidade ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 8, 2005. Disponível em: <MEP Kraemer - Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, ..., 2005 - [gabeira.locaweb.com.br](http://gabeira.locaweb.com.br)>. Acesso em: 27/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Passivo ambiental**. Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), 2003. Disponível em: <[http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo\\_21.pdf](http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_21.pdf)>. Acesso em: 05/05/2015.

LINDSTAEDT, A. R. S; OTT, E. Evidenciação de informações ambientais pela contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 4, p. 11-35, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/338/331>>. Acesso em: 19/03/2015.

MACEDO, F.; BARBOSA, H.; CALLEGARI, I.; MONZONI, M.; SIMONETTI, R. (Coords.). **O Valor do ISE: principais estudos e a perspectivas dos investidores**. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/O-Valor-do-ISE.pdf>>. Acesso em: 26/03/2015.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report Ed., 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MARIANI, J. **Responsabilidade socioambiental: evidenciação do passivo ambiental**. 2009. 70p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juina, MT, 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia\\_20110809154342.pdf](http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110809154342.pdf)>. Acesso em: 24/09/2015.

MEDEIROS, A. J. R. P. de; BARBALHO, K. F.; JERÔNIMO, C. E. de M. Desafios e multidisciplinaridade em perícias ambientais. **REMOA/UFSM**, v. 13, n. 13, p. 2789-2796, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa/article/view/8490/pdf>>. Acesso em: 08/05/2015.

MELO, I. C. A.; TINOCO, J. E. P.; FERNANDES, M. F. Passivo ambiental a importância do reconhecimento, do registro contábil e da divulgação. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v. 6, n. 2, p. 71-101, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/216.pdf>>. Acesso em: 27/03/2015.

MIURA, M. N.; MARCON, R.; SOUZA, M. J. B. **A crise global e seus impactos no desempenho do Índice de sustentabilidade empresarial - ISE e do Índice Bovespa – Ibovespa**. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2011. Belo Horizonte, MG: ABREPO, 2011. p. 1-13. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011\\_TN\\_STP\\_145\\_910\\_18909.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STP_145_910_18909.pdf)>. Acesso em: 08/10/2015.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental:** uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresa do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 245p. Tese (Doutor em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/en.php>>. Acesso em: 04/05/2015.

OLIVEIRA, J. R. **A Contabilidade Ambiental como fator econômico:** um estudo de caso em uma empresa de manejo florestal no estado de Roraima. 2011. 85p. Dissertação (Mestrado Profissional Interinstitucional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36101/000817511.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29/04/2015.

PADILHA, B. B.; ASTA, D. D. A evidenciação contábil ambiental em empresas de tratamento de resíduos sólidos orgânicos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, v. 3, n. 1, p. 88-106, 2014. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/136/pdf>>. Acesso em: 25/09/2015.

PEREIRA, A. C. F. A contabilidade ambiental: a sua revelação no relatório financeiro. **Jornal de Contabilidade**, n. 367, out. 2007. Disponível em: <[http://www.apotec.pt/fotos/jornais/out2007\\_1192526928.pdf#page=12](http://www.apotec.pt/fotos/jornais/out2007_1192526928.pdf#page=12)>. Acesso em: 10/04/2015.

PIACENTINI, N. **Evidenciação Contábil voluntária:** uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras. 2004. 132p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2004. Disponível em: <[http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2784/NEUSA\\_PIACENTINI.PDF?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2784/NEUSA_PIACENTINI.PDF?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 20/09/2015.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças, USP**, São Paulo, n. 36, p. 21-34, set./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772004000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000300002)>. Acesso em: 05/10/2015.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 195p.

RIBEIRO, A. M.; BELLEN, H. M. V. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP**, v. 4, n. 9, p. 55-78, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34767/37505>>. Acesso em: 28/09/2015.

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. 1998. 165p. Tese (Doutora em Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04102007-142546/pt-br.php>>. Acesso em: 29/04/2015.

RIBEIRO, M. S.; MARTINS, E. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para compatibilização no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. **Caderno de Estudos**, São Paulo, n. 9, p. 1-13, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n9/n9a05.pdf>>. Acesso em: 19/03/2015.

RODRIGUES, F. F.; SANTOS, R. B.; MELLO, M. C. B. Análise do *disclosure* ambiental da empresa Petrobrás no Período 1997 a 2007. In: 6º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2009. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos92009/364.pdf>>. Acesso em: 19/05/2015.

ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Evidenciação Ambiental: Processo Estruturado de Revisão de Literatura Sobre Avaliação de Desempenho da Evidenciação Ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 24-37, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewFile/764/772>>. Acesso em: 20/09/2015.

ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, R. J. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. **Eng Sanit Ambient**, v. 16, n. 1, p. 157-166, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v16n2/v16n2a09.pdf>>. Acesso em: 07/05/2015.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 3, n. 5, p. 41-58, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76200503>>. Acesso: 04/04/2015.

RUFINO, M. A.; MAZER, L. P.; MACHADO, M. R.; CAVALCANTE, P. R. N. Sustentabilidade e *performance* dos indicadores de rentabilidade e lucratividade: um estudo comparativo entre os bancos integrantes e não integrantes do ISE da BM&FBOVESPA **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4283>>. Acesso em: 13/10/2015.

SANTOS, A. R. P.; ROCHA, A.; SANTOS, E. C. A.; SANTOS, R. G. Contabilidade ambiental: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental. In: IX SEMEAD, 2006. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2006. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/47.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf)>. Acesso em: 12/04/2015.

SANTOS, A. O.; SILVA, F. B.; SOUZA, S.; SOUSA, M. F. R. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, FIECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIECAFI, v. 16, n. 27, p. 89 - 99, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/24092/contabilidade-ambiental--um-estudo-sobre-sua-aplicabilidade-em-empresas-brasileiras/i/en>>. Acesso em: 10/04/2015.

SILVA, L. S. A.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 385-395, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/02.pdf>>. Acesso em: 08/05/2015.

SILVA, O. V. Sistemas produtivos, desenvolvimento econômico e degradação ambiental. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, ano 4, n. 6, p. 1-7, 2007. Disponível em: <[http://www.faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/OVUx1OmdgdbdQPc\\_2013-5-20-17-56-4.pdf](http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/OVUx1OmdgdbdQPc_2013-5-20-17-56-4.pdf)>. Acesso em: 20/05/2015.

SILVA, W. M.; MELO, J. F. M.; BARBOSA, M. de F. N. Análise de conteúdo da evidenciação dos investimentos e custos ambientais: um estudo nas empresas do segmento de papel e celulose cadastradas na Bovespa no período de 2009 a 2012. In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2013. **Anais...** Uberlândia, MG: CBC, 2013. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/162/162>>. Acesso em: 17/03/2015.

SOUZA, V. R.; RIBEIRO, M. de S. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 35, p. 54-67, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34134/36866>>. Acesso em 20/04/2015.

TEIXEIRA, A. J. C.; NOSSA, V.; DONATTI, V. P. O tratamento contábil para os gastos com reflorestamento de áreas degradadas ambientalmente: um estudo exploratório. In: 3º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2003. **Anais...** São Paulo (SP): FUCAPE, 2003. Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/2/Donatti-%20O%20tratamento%20cont%C3%A1bil.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Donatti-%20O%20tratamento%20cont%C3%A1bil.pdf)>. Acesso em: 27/03/2015.

TOZONI-REIS, M. F. C. Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição. **Ciência e Educação**, v. 8, n. 1, p. 83-96, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n1/07.pdf>>. Acesso em: 17/04/2015.

ZAGO, A. P. P.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental de empresas do ramo de mineração: uma abordagem preliminar. In: ANPAD, 2004. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2004/GSA/2004\\_GSA2510.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/GSA/2004_GSA2510.pdf)>. Acesso em: 27/03/2015.

ZAHAIKEVITCH, E. V.; FASCINA, M. N.; PEREIRA, D. L.; CRUZ, J. C. Contabilidade ambiental nas indústrias. **Facesi em Revista**, ano 3, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2011. Disponível em: <<http://www.facesi.edu.br/facesiemrevista/downloads/numero6/artigo03.pdf>>. Acesso em: 27/04/2015.

## **APÊNDICES**

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	Duratex S.A.....	56
APÊNDICE B	Eucatex S.A Indústria E Comércio .....	56
APÊNDICE C	Fibria Celulose S.A .....	57
APÊNDICE D	Suzano Papel e Celulose S.A .....	57
APÊNDICE E	Cia Melhoramentos de São Paulo .....	58
APÊNDICE F	Celulose Irani S.A .....	58

**APÊNDICE A – Duratex S.A**

QUESITOS	SIM	NÃO	EVIDENCIAÇÃO
1. Passivo Ambiental	1		RS
2. Multas, Indenizações e Danos	1		RS
3. Financiamentos e Empréstimos		0	
4. Investimentos no Meio Ambiente	1		RA, RS
5. Provisões	1		RS
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	1		RA, RS
7. Projetos Ambientais	1		RA, RS
8. Recuperação de Áreas Degradadas	1		RS
9. Programação de Proteção	1		RS
10. Impactos Ambientais	1		RS
TOTAL	9	0	

Legenda: DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas  
 NE – Notas Explicativas  
 RS – Relatório de Sustentabilidade  
 RA- Relatório da Administração

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

**APÊNDICE B – Eucatex S.A Indústria E Comércio**

QUESITOS	SIM	NÃO	EVIDENCIAÇÃO
1. Passivo Ambiental		0	
2. Multas, Indenizações e Danos		0	
3. Financiamentos e Empréstimos		0	
4. Investimentos no Meio Ambiente	1		RA, NE
5. Provisões		0	
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	1		NE
7. Projetos Ambientais	1		RA, NE
8. Recuperação de Áreas Degradadas		0	
9. Programação de Proteção	1		RA, NE
10. Impactos Ambientais		0	
TOTAL	4	0	

Legenda: DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas  
 NE – Notas Explicativas  
 RS – Relatório de Sustentabilidade  
 RA- Relatório da Administração

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

**APÊNDICE C – Fibria Celulose S.A**

QUESITOS	SIM	NÃO	EVIDENCIAÇÃO
1. Passivo Ambiental	1		RA, NE
2. Multas, Indenizações e Danos	1		RS
3. Financiamentos e Empréstimos		0	
4. Investimentos no Meio Ambiente	1		RA, RS, NE
5. Provisões	1		RS
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	1		RA, RS, NE
7. Projetos Ambientais	1		RA, RS, NE
8. Recuperação de Áreas Degradadas	1		RA, RS, NE
9. Programação de Proteção	1		RA, RS, NE
10. Impactos Ambientais	1		RA, RS, NE
TOTAL	9	0	

Legenda: DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas  
 NE – Notas Explicativas  
 RS – Relatório de Sustentabilidade  
 RA- Relatório da Administração

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

**APÊNDICE D - Suzano Papel e Celulose S.A**

QUESITOS	SIM	NÃO	EVIDENCIAÇÃO
1. Passivo Ambiental	1		NE
2. Multas, Indenizações e Danos	1		NE
3. Financiamentos e Empréstimos		0	
4. Investimentos no Meio Ambiente	1		RS
5. Provisões	1		RS
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	1		RS
7. Projetos Ambientais	1		RS
8. Recuperação de Áreas Degradadas	1		RS
9. Programação de Proteção	1		RS
10. Impactos Ambientais	1		RS
TOTAL	9	0	

Legenda: DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas  
 NE – Notas Explicativas  
 RS – Relatório de Sustentabilidade  
 RA- Relatório da Administração

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

**APÊNDICE E - Cia Melhoramentos de São Paulo**

QUESITOS	SIM	NÃO	EVIDENCIAÇÃO
1. Passivo Ambiental		0	
2. Multas, Indenizações e Danos		0	
3. Financiamentos e Empréstimos		0	
4. Investimentos no Meio Ambiente	1		RS, NE
5. Provisões		0	
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	1		RS
7. Projetos Ambientais	1		RS
8. Recuperação de Áreas Degradadas	1		RS
9. Programação de Proteção	1		RS
10. Impactos Ambientais	1		RS
TOTAL	6	0	

Legenda: DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas  
 NE – Notas Explicativas  
 RS – Relatório de Sustentabilidade  
 RA- Relatório da Administração

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

**APÊNDICE F – Celulose Irani S.A**

QUESITOS	SIM	NÃO	EVIDENCIAÇÃO
1. Passivo Ambiental	1		RS
2. Multas, Indenizações e Danos		0	
3. Financiamentos e Empréstimos		0	
4. Investimentos no Meio Ambiente	1		RS, NE
5. Provisões	1		RS
6. Manutenção e Melhorias no Meio Ambiente	1		RS, NE
7. Projetos Ambientais	1		RS, NE
8. Recuperação de Áreas Degradadas	1		RS, NE
9. Programação de Proteção	1		RS, NE
10. Impactos Ambientais	1		RS, NE
TOTAL	8	0	

Legenda: DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas  
 NE – Notas Explicativas  
 RS – Relatório de Sustentabilidade  
 RA- Relatório da Administração

Fonte: Elaborado pela autora (2015).